

ACESSIBILIDADE NO ENSINO A DISTÂNCIA: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA UNIVESP

Evelyn Aparecida de Oliveira

Universidade Virtual do Estado de São Paulo

José Avelino Placca

Universidade Virtual do Estado de São Paulo

Tamires Cristina Bonani Conti

Universidade Virtual do Estado de São Paulo

RESUMO. O ensino a distância (EAD) no Brasil vem se expandindo de forma significativa, promovendo oportunidades para públicos diversos, incluindo pessoas com deficiência (PCD). A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), maior universidade pública virtual do país, atende atualmente cerca de 90 mil alunos em nove cursos de graduação, todos na modalidade EAD. Este relato de experiência descreve as ações institucionais voltadas à acessibilidade, destacando a diversidade de estratégias adotadas para promover um ensino inclusivo. Entre as iniciativas, incluem-se adaptações em materiais didáticos, como slides acessíveis e recursos educacionais abertos (REAs), elaboração de provas com linguagem clara e instruções objetivas, utilização de softwares de apoio como NVDA e MathPlayer, e adequações físicas nos polos presenciais. Além disso, a UNIVESP promove eventos formativos, como oficinas e seminários, e mantém grupos de trabalho especializados em acessibilidade. Tais ações buscam atender às diretrizes legais brasileiras e aos princípios da educação inclusiva, abrangendo desde barreiras arquitetônicas e tecnológicas até barreiras comunicacionais e atitudinais. Os desafios persistem, como ampliar a formação docente para uso efetivo das tecnologias assistivas, atualizar continuamente os recursos digitais e fortalecer a participação de alunos PCD no processo de avaliação e planejamento. Este estudo evidencia que a integração sistemática da acessibilidade no EAD potencializa o aprendizado, amplia a participação social e contribui para a construção de uma educação superior mais democrática e equitativa.

Palavras-chave: Educação a Distância, Acessibilidade, Inclusão, Tecnologias Digitais.

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EAD) tem se consolidado como modalidade estratégica no Brasil, ao permitir que estudantes conciliem estudo, trabalho e outras atividades. Como aponta Moran (2015), a EAD pode contribuir para a democratização do acesso, desde que orientada por princípios inclusivos e dialógicos.

Nesse cenário, a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) representa não apenas uma exigência legal, mas uma oportunidade para repensar práticas pedagógicas e

recursos educacionais. Tal como ressalta Mantoan (2003), a inclusão deve ser compreendida como processo contínuo e em constante construção.

A UNIVESP tem buscado consolidar políticas de acessibilidade no âmbito do ensino superior, compreendendo que a acessibilidade não é apenas cumprimento normativo, mas um compromisso com a equidade educacional.

Este artigo, portanto, apresenta um relato de experiência detalhado das estratégias adotadas pela UNIVESP, abordando desde as práticas pedagógicas em videoaulas e materiais digitais até as adaptações nos polos presenciais, incluindo a organização de eventos e a atuação dos Grupos de Trabalho. Além disso, discute os desafios enfrentados, os aprendizados adquiridos e as perspectivas futuras para a ampliação da acessibilidade e da inclusão na modalidade de Educação a Distância, com vistas à construção de um ambiente de aprendizagem equitativo e de excelência para todos os estudantes.

2 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como um relato de experiência institucional, cujo objetivo é descrever e analisar as práticas de acessibilidade desenvolvidas pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) no âmbito da Educação a Distância (EAD). Os dados foram obtidos a partir de documentos institucionais, relatórios internos de acompanhamento, registros de reuniões dos Grupos de Trabalho (GTs) de acessibilidade, além de observações realizadas em eventos formativos e nas práticas cotidianas de produção de materiais e apoio aos polos presenciais.

A análise pautou-se na sistematização dessas ações, buscando identificar: (a) as estratégias de acessibilidade empregadas; (b) o alinhamento com a legislação brasileira e com referenciais teóricos sobre inclusão; e (c) os impactos percebidos na comunidade acadêmica. Por se tratar de um relato de experiência, não foram aplicados instrumentos quantitativos de coleta de dados. Entretanto, a triangulação entre diferentes fontes documentais e relatos de participantes possibilitou evidenciar tanto os avanços institucionais quanto os desafios persistentes. Como limitação, destaca-se que os resultados aqui apresentados não pretendem esgotar o tema, mas contribuir para a reflexão sobre práticas inclusivas no ensino superior a distância.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Expansão do EAD e acesso de alunos PCD

Nos últimos anos, o crescimento do Ensino a Distância (EAD) no Brasil tem ampliado significativamente as oportunidades de ingresso e permanência no ensino superior para estudantes com deficiência (PCD). Moreira e Schlemmer (2020) destacam que as tecnologias digitais, quando associadas a práticas pedagógicas inclusivas, favorecem o acesso e a permanência em contextos historicamente excludentes. Nesse sentido, a flexibilidade de horários, o acesso remoto e a possibilidade de personalização do ritmo de estudo favorecem a inclusão de perfis diversos, superando barreiras geográficas e temporais que historicamente limitavam o acesso a esse público.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), maior instituição pública de EAD do país, atende 359 municípios no Estado de São Paulo, estando presente em 56% do território estadual, em cidades que abrigam mais de 90% da população paulista. Esse alcance possibilita que pessoas residentes em regiões com menor oferta de ensino presencial, ou que enfrentam dificuldades de mobilidade, encontrem uma alternativa viável e de qualidade para a sua formação acadêmica.

Desde o processo seletivo, a acessibilidade é considerada: candidatos podem solicitar condições específicas, e o ambiente virtual de aprendizagem é planejado para atender diferentes perfis. Como lembra Sassaki (2009), a efetividade da inclusão depende da eliminação de barreiras comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. No ambiente virtual de aprendizagem da UNIVESP, os recursos são pensados para atender diferentes necessidades – desde a navegação com leitores de tela até a disponibilização de conteúdos em múltiplos formatos. Essa abordagem integrada tem contribuído para um aumento expressivo na matrícula e na permanência de estudantes com deficiência, fortalecendo a missão institucional de democratizar o acesso ao ensino superior.

Cabe destacar que, conforme apontam Pischetola e Riedner (2021), a inovação pedagógica apoiada no uso crítico das tecnologias digitais exige não apenas a adoção de ferramentas, mas também a criação de ambientes formativos capazes de ressignificar a prática docente. Nesse sentido, as experiências da UNIVESP demonstram como o investimento em acessibilidade não se limita à esfera técnica, mas envolve um processo de transformação institucional e cultural, em consonância com a perspectiva de inclusão

defendida por autores como Sassaki (2009) e Mantoan (2003). Assim, o caso aqui relatado pode ser compreendido como um movimento de articulação entre tecnologia, pedagogia e equidade, que dialoga com a noção de educação digital onlife proposta por Moreira e Schlemmer (2020).

3.2 Ações de acessibilidade

A acessibilidade na UNIVESP é trabalhada de forma transversal, envolvendo adequações em materiais, plataformas, infraestrutura e avaliação. Santos (2019) argumenta que práticas pedagógicas inclusivas pressupõem a adaptação de recursos às necessidades específicas de cada estudante, o que se evidencia na produção de materiais acessíveis, provas adaptadas e recursos multimodais. Assim, as principais ações incluem:

1. Slides acessíveis – Todo material em formato de apresentação é elaborado seguindo padrões internacionais de acessibilidade digital: contraste adequado entre texto e fundo, uso de fontes legíveis, descrição textual para imagens, estrutura lógica de títulos e subtítulos, e inserção de legendas quando necessário. Essas práticas permitem que estudantes com baixa visão ou que utilizam leitores de tela tenham acesso pleno ao conteúdo.

2. Recursos Educacionais Abertos (REAs) – Produzidos em diferentes mídias, são disponibilizados com legendas sincronizadas, audiodescrição e tradução em Libras, incluindo todo o acervo audiovisual da TV UNIVESP. Esse cuidado garante que estudantes com deficiência auditiva ou visual possam usufruir plenamente dos conteúdos, além de favorecer a aprendizagem multimodal para todos os perfis.

3. Provas – A elaboração das avaliações segue critérios de clareza e objetividade, evitando ambiguidades e estruturas que dificultem a compreensão. Comandos são destacados visualmente, e quando necessário, provas adaptadas são disponibilizadas com ampliação de fonte, impressão em braille ou formato digital compatível com softwares leitores de tela.

4. Softwares utilizados – Entre as ferramentas tecnológicas, destacam-se o NVDA (leitor de tela gratuito e de código aberto) e o MathPlayer (compatível com expressões

matemáticas em leitores de tela). Essas soluções permitem que conteúdos complexos, como fórmulas matemáticas, sejam interpretados de forma acessível.

5. Acessibilidade nos polos presenciais – Todos os polos de apoio contam com infraestrutura adaptada: rampas de acesso, elevadores, sinalização tátil e visual, sanitários adaptados e vagas reservadas. Essa adequação garante que estudantes com deficiência possam participar de atividades presenciais, provas e eventos de forma autônoma e segura.

3.3 Eventos e formação

A promoção de uma cultura inclusiva exige mais do que a oferta de recursos – requer também formação e sensibilização da comunidade acadêmica. Nesse sentido, a UNIVESP organiza oficinas, seminários e cursos voltados a professores, tutores, técnicos e coordenadores de polo.

As oficinas abordam temas como elaboração de materiais acessíveis, uso de tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas. Os seminários, por sua vez, reúnem especialistas externos, pesquisadores e estudantes para discutir inovações e desafios no campo da acessibilidade educacional. Essas ações formativas têm contribuído para a atualização constante dos profissionais e para a adoção de metodologias que respeitam e valorizam a diversidade.

3.4 Grupos de trabalho e equipe de revisores

Para garantir a evolução contínua das políticas de acessibilidade, a UNIVESP mantém grupos de trabalho (GTs) interdisciplinares. Esses GTs reúnem docentes, profissionais de tecnologia da informação, equipe pedagógica e representantes dos estudantes para discutir demandas emergentes, analisar feedbacks e propor soluções inovadoras.

As discussões abrangem desde a atualização de plataformas e ferramentas até a elaboração de novos protocolos de produção de conteúdo acessível. Essa estrutura participativa favorece a implementação de melhorias com base nas necessidades reais,

mantendo alinhamento com as diretrizes legais e com as boas práticas nacionais e internacionais.

Além disso todo o material didático produzido pela Univesp passa por uma rigorosa avaliação realizada por revisores surdos, cujo papel é testar e verificar se o conteúdo é acessível, claro e adequado para pessoas com deficiência auditiva, garantindo que todos os alunos possam compreender plenamente o material disponibilizado.

3.5 Desafios e trabalhos futuros

Apesar dos avanços significativos, ainda existem desafios a serem enfrentados. A capacitação docente em larga escala continua sendo prioridade, uma vez que a adoção de práticas inclusivas depende diretamente da atuação do professor no planejamento e na condução das atividades. Outro ponto é a necessidade de atualização constante dos recursos digitais e das plataformas, para acompanhar tanto a evolução tecnológica quanto as novas demandas de acessibilidade. Como ressalta Mantoan (2003), a inclusão é um processo em movimento, que exige revisão permanente das práticas e participação coletiva.

O fortalecimento dos canais de escuta dos estudantes PCD também está no horizonte, permitindo que suas experiências e sugestões orientem a melhoria contínua das políticas institucionais. A expansão de parcerias com empresas e órgãos especializados é vista como estratégica para viabilizar a aquisição de novos equipamentos, softwares e recursos pedagógicos.

Dorziat (2011) destaca que mais do que cumprir requisitos normativos, a acessibilidade deve se constituir como cultura institucional, o que implica investimento em formação e sensibilização contínua. Assim, com essas ações, a UNIVESP reafirma seu compromisso com a inclusão educacional, buscando não apenas cumprir requisitos legais, mas construir um ecossistema de aprendizagem verdadeiramente acessível, inovador e centrado no estudante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da UNIVESP evidencia que a acessibilidade no EAD não se reduz ao cumprimento da legislação, mas constitui um compromisso institucional com a equidade. Ao implementar ações que envolvem desde materiais digitais acessíveis até formações específicas e adequações físicas nos polos, a universidade reafirma a acessibilidade como princípio estruturante do processo educacional.

Entre os impactos observados, destacam-se a ampliação do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior, a valorização da diversidade como elemento constitutivo da prática pedagógica e a consolidação de políticas institucionais voltadas à inclusão. Além disso, a participação de estudantes e profissionais nos grupos de trabalho fortalece a dimensão colaborativa das ações, criando um ecossistema de aprendizagem mais democrático.

Não obstante, algumas limitações persistem. A formação docente ainda ocorre de modo desigual entre cursos e polos, dificultando a disseminação homogênea de práticas inclusivas. A atualização tecnológica é outro desafio permanente, uma vez que recursos e plataformas digitais demandam revisões contínuas para atender às diferentes necessidades dos estudantes. Soma-se a isso a ausência de indicadores sistemáticos que permitam mensurar, de forma mais precisa, o impacto das políticas implementadas.

Como perspectivas futuras, apontam-se: (a) a consolidação de programas permanentes de formação continuada para docentes e tutores; (b) o fortalecimento dos mecanismos de escuta e participação ativa de estudantes com deficiência no planejamento e na avaliação institucional; (c) a ampliação de parcerias com organizações especializadas e empresas de tecnologia; e (d) o incentivo a pesquisas que produzam dados qualitativos e quantitativos sobre a efetividade das práticas de acessibilidade.

Com tais iniciativas, a UNIVESP poderá avançar no desenvolvimento de uma cultura institucional inclusiva, alinhada ao que Dorziat (2011) define como um processo em constante movimento, que exige revisões permanentes e compromisso coletivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 ago. 2025.

DORZIAT, Ana Cristina. **Inclusão escolar**: do discurso à prática. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MORAN, José Manuel. **Educar com as tecnologias**: os novos desafios da educação contemporânea. São Paulo: Papirus, 2015.

MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.63438>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PISCHETOLA, Magda; RIEDNER, Daiani Damm Tonetto. A inovação das práticas pedagógicas com uso de tecnologias digitais no ensino superior: um estudo no âmbito da formação inicial de professores. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 210-228, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v23i1.8656878>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, Edméa. A cena sociotécnica: cibercultura em tempos de mobilidade ubíqua. In: SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 25-48.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

Sobre os autores

Evelyn Aparecida de Oliveira

Professora Doutora na Univesp. Mestra e Doutora pela UFJF.

E-mail: evelyn.oliveira@univesp.br

José Avelino Placca

Professor Doutor na Univesp. Mestre (UFF) e Doutor pela UFRJ.

E-mail: jose.placca@univesp.br

Tamires Cristina Bonani Conti

Professora Doutora na Univesp. Pesquisadora de Pós-Doutorado pelo CNPq. Mestra e Doutora pela UFSCar.

E-mail: tamires.conti@univesp.br

Licença de acesso livre



A ESUD | CIESUD | SIGATEC utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.